

Visão APSEF

A revista que acompanha você

MUDANÇAS À VISTA



**PREVIDÊNCIA DO
SERVIDOR PÚBLICO
AGUARDA VOTAÇÃO**

Uma publicação da



PRESIDENTE

Maria Cecília Soares da Silva Landim

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Margarida Maria Gonzaga Pereira

VICE-PRESIDENTE DE
ASSUNTOS JURÍDICOS

Maria Benedita Ewerton de Sá

VICE-PRESIDENTE DE
ASSUNTOS ASSISTENCIAIS

Maria Eduvirgem Simas Pereira

VICE-PRESIDENTE DE
ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS

Tania Maria Teixeira

CONSELHO FISCAL

Arthur Oscar Franco de Sá

Priscila Maria Lima Hipólito

Marlene Maria Marsico

ENDEREÇO:

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A,
Salas 912/917

Edifício Liberty Mall – Brasília – DF
CEP: 70712-903

TELEFONE: (61)3037-9072 / 3034-3983

E-MAIL: presidencia@apsef.org.br

SITE: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

COORDENAÇÃO:

Frederico Lustosa

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcos Nunes (DF 4977)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Madson Schmitz

REVISÃO:

Millena Dias

CONSELHO EDITORIAL:

Maria Cecília Landim

Edson Teramatsu

Frederico Lustosa

IMPRESSÃO:

Alpha Gráfica e Editora

Três motivações legítimas sempre atraíram as pessoas para o ingresso no serviço público – o conhecimento técnico de determinadas ocupações (exclusivas da Administração Pública), a vontade de servir e a busca do conforto da estabilidade do emprego e da aposentadoria diferenciada. No final do século XX, as novas gerações foram desestimuladas a buscar na função pública a realização de uma carreira promissora.

Recentemente, o governo federal tentou reverter essa tendência abrindo novos concursos para várias carreiras, e, ao mesmo tempo, tentando resgatar a imagem dos servidores com sustentáculos da segurança, regularidade e tempestividade dos serviços públicos. Mas não foi além disso. Ainda pairam muitas incertezas sobre o destino da função pública. Uma delas diz respeito à aposentadoria.

Todos sabem que a Previdência Social, baseada nas contribuições sobre os salários, enfrenta, no Brasil e no mundo, desequilíbrios estruturais que comprometem a estabilidade e até a sua sobrevivência no longo prazo. No caso dos servidores públicos, urge discutir seriamente a lógica de financiamento dos benefícios previdenciários, considerando as contribuições passadas, atuais e futuras. Há direitos adquiridos que devem ser respeitados. Há pessoas que fizeram investimento em uma carreira pública e uma poupança compulsória que têm expectativas de direito que precisam ser consideradas. E há uma nova geração de servidores interessados em conhecer seus reais direitos e obrigações.

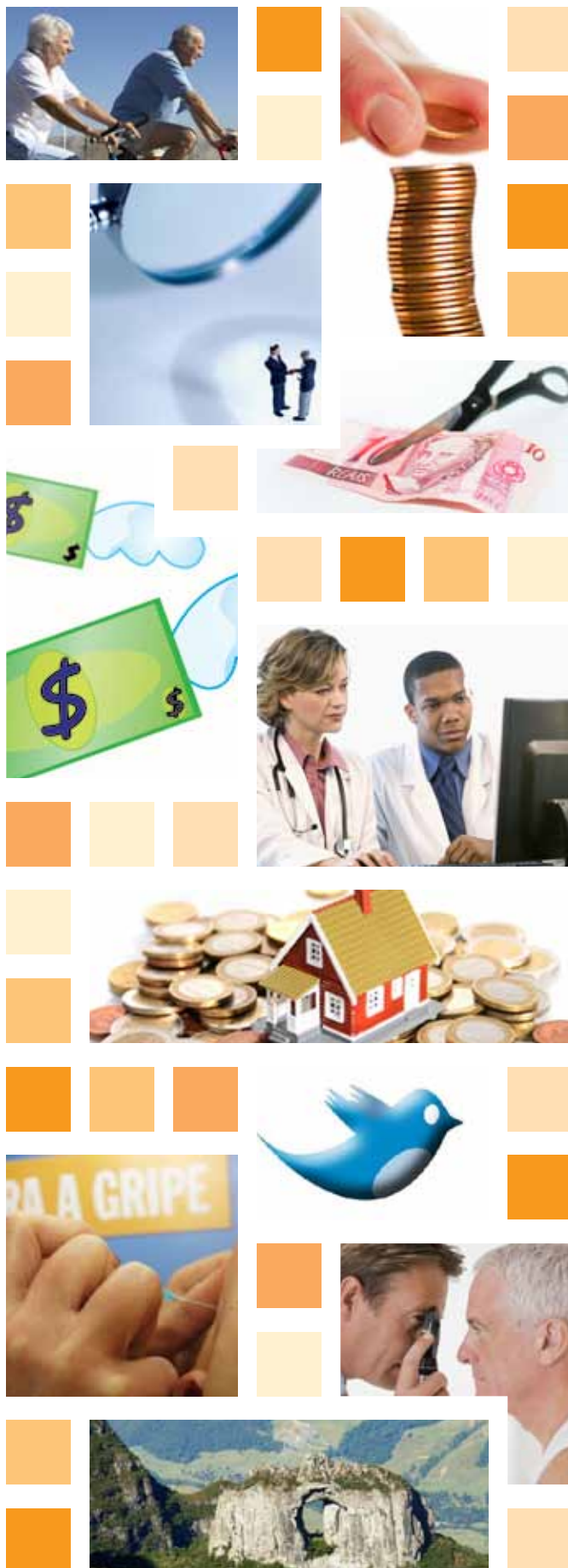
Só em 2007 o governo federal apresentou o projeto de lei que regulamenta o artigo 37 da Constituição Federal. Depois de mais quatro anos, o projeto começa a ter sua discussão acelerada no Congresso Nacional. Apesar de tanto tempo, o substitutivo está longe de apresentar um formato que conjugue o ponto de vista da Administração, as expectativas dos servidores e o interesse da sociedade com relação ao tratamento a eles devido.

Se é verdade que o atual sistema é insustentável para garantir aposentarias integrais para as futuras gerações, também é certo que há direitos adquiridos, contraprestações e compensações devidas pela União. Por outro lado, os argumentos dos servidores quanto ao déficit de curto prazo, amenizado por suas contribuições, é irretorquível. Já no longo prazo, tais contribuições são claramente insuficientes para sustentar os benefícios definidos.

Não é de hoje que a APSEF vem se manifestando sobre a necessidade de um debate aprofundado sobre todos os temas relacionados com o futuro da Previdência Social dos servidores públicos. Por isso, este número de Visão APSEF é dedicado ao tema, trazendo as últimas informações sobre a tramitação no Congresso Nacional, opiniões de autoridades e parlamentares e dois artigos de especialistas na matéria. A APSEF está de olho vivo na defesa dos direitos de seus associados e de todos os servidores públicos. Venha juntar-se a nós. Leia, reflita, discuta, opine. Participe. Esta luta é sua.

Frederico Lustosa, coordenador da revista Visão APSEF.

- 04** | O FUTURO DA PREVIDÊNCIA
MUDANÇAS AFETAM JOVENS SERVIDORES
- 08** | PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
UMA TENTATIVA DE CORRIGIR O DÉFICIT E GARANTIR A APOSENTADORIA
- 10** | MIOPIA PREVIDENCIÁRIA
RENATO FOLLADOR DISCUTE OS PROBLEMAS DO SISTEMA
- 12** | CORTES NO ORÇAMENTO
COMO OS SERVIDORES SERÃO AFETADOS
- 14** | QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
DEBATER É IMPORTANTE
- 16** | SAÚDE ONLINE
NOVO SISTEMA PERMITIRÁ ACESSO ELETRÔNICO AOS DADOS DOS SERVIDORES
- 18** | INVESTIMENTOS
DICAS SOBRE AS MELHORES OPÇÕES PARA APLICAR O SEU DINHEIRO
- 21** | SEGURO DE VIDA
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA A ESCOLHA CERTA
- 23** | MÍDIAS SOCIAIS
TECNOLOGIA TRAZ VELOCIDADE À COMUNICAÇÃO
- 25** | GRIPE
CAMPANHA ANUAL DA VACINAÇÃO PRETENDE IMUNIZAR MAIS DE 23 MILHÕES
- 26** | SAÚDE DOS OLHOS
CUIDADOS E PRECAUÇÕES AO LONGO DA VIDA
- 28** | URUBICI
AVENTURA E BELAS PAISAGENS NAS SERRAS CATARINENSES
- 31** | NOTAS



O FUTURO DA PREVIDÊNCIA DOS JOVENS SERVIDORES

PARA O GOVERNO, AS MUDANÇAS SÃO NECESSÁRIAS



Foto: Nicolas Gomes/Ministério da Previdência

Leonardo Rolim apresenta o resultado do Regime Geral da Previdência Social de janeiro de 2011.

Uma nova geração de servidores que ainda nem foi aprovada nos concursos quer saber como chegará à aposentadoria. Juntos com outros milhares que já estão lá, eles pensam no futuro, hoje, sem saber o que esperar. Enquanto isso, ainda aguarda pela votação na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp). Enviado pelo Executivo em 2007, como prevê o Artigo 40 da Constituição, a expectativa

do governo é acelerar a tramitação do PL 1992 e, aprovando-o, conseguir no futuro, diminuir o crescimento do seu déficit com a Previdência.

O envelhecimento da máquina e a concessão de rendimentos integrais explicam o déficit atual. Hoje, a previdência do servidor é solidária, o que significa que aquele que se aposentou ontem é sustentado pela contribuição de quem está trabalhando. O governo arca com algo em torno de R\$ 5,9 mil por mês, em média, com cada um dos 949,8 mil aposentados e pensionistas. Por ano, essa

conta chega a R\$ 73,4 bilhões. Mesmo descontando 11% de ativos e inativos do serviço público, a arrecadação do Regime Próprio de Previdência Social não chega a arrecadar R\$ 22,5 bilhões por ano. A diferença – os outros R\$ 51,4 bilhões – são honrados pelo Tesouro Nacional.

Do outro lado da balança, os cerca de 24,4 milhões de aposentados que contribuíram para o Regime Geral de Previdência Social recebem em média R\$ 760 por mês, mas não veem a contribuição dos trabalhadores ativos arcar com o suficiente para fechar a conta. Fo-

ram amealhados pouco mais de R\$ 217,52 bilhões no último ano e ainda assim ficaram faltando R\$ 44,3 bilhões, que, como em outros anos, também foram para a conta do governo, pelo mesmo caminho do Tesouro Nacional.

No começo de março, o secretário de Previdência Social, Leonardo Rolim, disse que as mudanças na previdência do servidor devem ser prioridade do governo daqui para frente. Se conseguir implantar a previdência complementar dos servidores públicos, a União poderá reduzir as aposentadorias e pensões dos servidores que entrarem no serviço público a partir de agora para o mesmo teto recebido pelos demais trabalhadores do INSS, atualmente de R\$ 3.689,66.

Direito adquirido

Assim, cada servidor será responsável pela sua poupança. Nesse caso, o governo precisa encaminhar um novo projeto para tratar o assunto ou enviar um substitutivo ao texto que já tramita no Congresso. Nos planos patrocinados, o esforço contributivo do trabalhador tende a ser menor, já que o patrocinador, no caso a União, também aporta recursos para auxiliar o participante na constituição de uma reserva que lhe dê uma renda no futuro. O governo entrará com uma parte igual a do servidor, que poderá ser de 7,5% do valor do vencimento para cada parte.

Porém, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, garante que essa fórmula só deve passar a valer para os servidores que entrarem a partir de agora. Os Servidores que ingressarem após

a entrada em operação do fundo complementar poderão escolher se querem fazer parte dele. Entretanto, caso não queiram contribuir, se aposentarão pelo teto do INSS. Pelas contas apresentadas pelo governo no final de março, durante um seminário sobre previdência, se o mecanismo fosse regulamentado hoje, cerca de 5% dos atuais funcionários iriam aderir.

Segundo o deputado federal Silvio Costa (PTB-PE), presidente e relator da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e que desengavetou a proposta do Fundo de Previdência do Servidor Público Federal, não há o que temer. “O projeto cria um teto para os novos servidores que entrarem no serviço público federal, incluindo militares, fixando um limite de aposentadoria igual ao que existe hoje para o trabalhador da iniciativa privada. O projeto não mexe com nenhum direito adquirido pelos servidores antigos e estabelece o mesmo tratamento que o dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social. A Previdência é uma questão muito séria

e precisamos discuti-la”.

Para o governo, em um primeiro momento, esse tipo de mudança acarretará um aumento das despesas. Porém, para o deputado, as previdências tanto pelo Regime Geral quanto pelo Regime Próprio, estão quebradas e é preciso alguma medida. “É um projeto que tem o objetivo de viabilizar a situação financeira do sistema previdenciário do servidor federal”.

Para o deputado Silvio Costa, o governo tem o direito de estabelecer as regras para quem vai entrar agora. Ele acha que não haverá muita resistência dos servidores, pois eles sabem que não serão prejudicados. Um dos entraves, entretanto, é o fato de que cada categoria, como os servidores do Judiciário ou do Banco Central, por exemplo, quer a criação de um fundo separado e o governo defende a criação de um fundo único.

Fora de pauta

A deputada Andréia Zito (PSDB-RJ) e o deputado Roberto



Foto: Arquivo Público

Policarpo (PT-DF) pediram a retirada do projeto da pauta de votação na Comissão de Trabalho e sugeriram a realização de seminários para discutir mais o assunto, antes de votá-lo. Para Policarpo, o déficit é menor do que o governo afirma e o servidor se aposenta melhor nas atuais condições, com aposentadoria integral e sem ter que contribuir a mais por isso. Para ele, o meio de resolver esse problema é contratando mais servidores para sustentar a base de contribuição, como disse ao jornal Valor Econômico.

Caso seja aprovado, na próxima etapa o projeto será discutido na Comissão de Finanças. Sendo aprovado lá, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e só depois vai para votação em plenário. Se for aprovado na Câmara, continua em segundo turno no Senado. “Tudo depende de decisão política. Se o presidente de cada comissão agilizar a votação e, ao chegar ao plenário, o presidente da Câmara colocá-lo em pauta, esses são fatores que podem ajudar o projeto a andar mais rápido”, explica Silvio Costa.

Contribuição maior

Na avaliação do professor José Matias Pereira, especialista em Gestão Pública da Universidade de Brasília (UnB), aqueles que entram agora para o serviço público terão que fazer uma contribuição muito maior, como parcela para a previdência complementar, para manter o mesmo patamar de suas aposentadorias do que a daqueles que já são servidores. Matias, no entanto, defende a importância

das novas regras para a gestão das finanças públicas, as contas do governo e a sociedade.

Porém, ainda que benéfico, o efeito dessa desoneração para as contas do governo será em longo prazo. Enquanto isso, o Estado se encarregará pelos novos servidores que ingressaram enquanto a nova caixa de previdência não estiver formada. O período até atingir o equilíbrio das contas deverá levar algumas décadas. “Mas isso será bom tanto para o Estado, que é o contratante, quanto para os servidores, que terão uma previdência gerida dentro de padrões transparentes”.

Custos

Para ele, quando o governo se movimenta, a preocupação é reduzir custos. Para receber a aposentadoria integralmente, alguém terá um custo maior. José Matias avalia que além dos 11% de con-

tribuição, em média, com que já tem que arcar - ainda que limitados ao teto de R\$ 3.869,66 -, esse servidor precisará pagar a contribuição para a previdência complementar, para assim obter o valor equivalente ao do servidor que se aposenta hoje. Seguindo os valores de mercado, a previsão de José Matias é de que o custo total para o servidor (previdência oficial + previdência complementar) ultrapasse 20% do vencimento. “O custo do servidor será maior do que é pago hoje para se obter o valor integral, mas é compatível ao dos demais trabalhadores”.

Como o Estado será o organizador desse fundo e o principal aportador de recursos, é evidente que ele terá interesse em participar da sua gestão. Pela proporção de participantes que pode atingir, é fácil também imaginar que esse futuro novo fundo poderá vir a gerir um volume muito grande de recursos, que será administrado

com a participação de representantes do governo e dos trabalhadores também.

Para prevenir situações onde o interesse do governo se misture com os do fundo, Matias diz que é importante que o parlamento crie regras para que as decisões de investimento dos recursos fiquem claras. “O único objetivo deve ser criar condições para que seus participantes possam receber seus benefícios para o resto de suas vidas”. ||



Professor José Matias afirma que novas regras serão boas para a gestão das finanças públicas.

Foto: Agência UnB

GLOSSÁRIO*

ADESÃO – quando o participante assina o contrato.

BENEFICIÁRIO – pessoa indicada na proposta de adesão que receberá os pagamentos no momento do saque.

BENEFÍCIO – pagamento que os beneficiários recebem no final do contrato, podendo ser em forma de saque único do montante de dinheiro acumulado ou de uma renda mensal.

CARÊNCIA – período de tempo em que o participante está impedido de solicitar o resgate dos seus investimentos.

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – valores que serão depositados em intervalos de tempo previamente definidos no momento da contratação.

DEDUÇÃO DO IR – desde 1996, a legislação do Imposto de renda permite que o contribuinte deduza até 12% da renda líquida no momento de calcular o IR de Pessoas Físicas do participante de planos de previdência privada.

DEPENDENTE – cônjuge e/ou filhos do participante que estão cobertos pelo contrato de previdência. Tem direito ao benefício.

EXCEDENTE FINANCEIRO – toda a receita da aplicação que ultrapassar a receita mínima contratada. Pode ser passada ou não para o plano. É preciso ver as características do contrato.

FUNDO DE PENSÃO – conjunto de recursos vindos das contribuições de empregados e da empresa administrados por uma entidade a ela vinculada. O objetivo é gerar uma renda complementar para a pessoa.

GARANTIA MÍNIMA – Os planos em geral garantem a correção da carteira do participante de acordo com o lucro mínimo.

INVALIDEZ – perda total ou parcial da capacidade funcional de um ou mais membros, por acidente ou doença.

SINISTRO – evento previsto no contrato de seguro ou previdência.

PARTICIPANTE – associado, segurado ou beneficiário do plano.

PATROCINADOR – é a empresa ou grupo de empresas de direito privado, e os entes de direito público, que oferecem aos seus empregados ou servidores, plano de benefícios de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar sem finalidade lucrativa. Além disso, o patrocinador pode fazer um aporte inicial ou novos aportes de tempos em tempos para fortalecer o fundo dos trabalhadores.

PECÚLIO – montante a ser pago de uma só vez ao beneficiário, quando ocorre a morte do participante.

PENSÃO – soma que, de acordo com o plano escolhido, será pago ao beneficiário de forma regular e periódica.

PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA – forma de aposentadoria complementar oferecida pelas empresas aos empregados por meio da constituição de um fundo de pensão. Para estabelecer seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a União precisa instituir a previdência complementar dos servidores federais.

RENTABILIDADE – quantidade de dinheiro que o investidor ganha para cada quantidade investida.

SALDO DA CONTA – Saldo acumulado das contribuições efetuadas pelo participante, mais o retorno dos investimentos.

TAXA – Percentual que a entidade aplica sobre o valor de contribuição a ser pago pelo participante.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO – cobrada pela instituição para administrar um fundo de investimento. Cada instituição estabelece seu valor.

TAXA DE CARREGAMENTO – percentual descontado pela entidade de previdência privada a cada contribuição.

VALOR DE RESGATE – importância que o participante pode obter ao rescindir o contrato de previdência privada.

**Os termos neste glossário referem-se à previdência complementar de forma geral. Sua presença varia de contrato para contrato.*

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO SERVIÇO PÚBLICO

Por Arthur de Souza Carrijo*

Atualmente, a Constituição da República prevê a instituição de um regime de previdência complementar para o serviço público. A previdência complementar é uma decorrência das transformações da previdência

social do servidor, em razão das alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005. Essas mudanças no texto constitucional resultaram no fim da integralidade e da paridade de vencimentos e definiram que, para o cálculo dos proventos de aposentadoria, será utilizada a média aritmética das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações que o servidor percebeu desde 1994, conforme determina o artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, que regulamenta disposições da Emenda Constitucional nº 41/2003.

A instituição da previdência complementar para os servidores públicos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deveria ter ocorrido imediatamente após a promulgação das citadas emendas constitucionais. Sua instituição finalizaria a transição do antigo regime de previdência do servidor, pautado na visão de que a aposentadoria seria um prêmio e não guardaria nenhum caráter contraprestacional, para um novo regime em que os proventos de inatividade guardam correspondência direta com as contribuições efetuadas pelo servidor ao longo de toda a trajetória profissional.

A polêmica em torno dessas

mudanças e a pressão exercida pelas entidades representativas dos servidores públicos postergaram a atuação do Poder Executivo na aprovação da lei necessária para a instituição da previdência complementar, que buscou evitar o desgaste político decorrente dessa profunda alteração.

Quando for instituída, a previdência complementar do servidor público funcionará assim: os servidores que ingressarem no serviço público após a sua criação se aposentarão com proventos cujo valor será, no máximo, correspondente ao teto do benefício fixado para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hoje no montante de R\$ 3.689,66. Ao invés de contribuir no percentual de 11% incidentes sobre toda a remuneração, os servidores sofrerão um desconto menor de contribuição previdenciária, que incidirá apenas sobre o valor da remuneração que atinja o teto do RGPS, ao qual será somada a contribuição previdenciária efetuada pelo órgão da administração ao qual o servidor estiver vinculado, na qualidade de patrocinador.

Em outras palavras, com a regulamentação do regime de previdência complementar do servidor, aqueles que ingressarem no serviço público após esse momento terão seus proventos necessariamente limitados ao teto fixado para o RGPS. Quem desejar obter proventos em valor superior a esse teto deverá ingressar no plano de previdência complementar. A Constituição da República abre a possibilidade, no §16 do seu artigo 40, de os servidores que ingressarem no serviço público antes da instituição da previdência complementar, mediante prévia e ex-

pressa opção, aderirem ao novo regime.

Conforme dispõe o texto constitucional, a previdência complementar deve ser instituída por lei ordinária, de iniciativa do chefe do Executivo de cada ente federado. No âmbito do Poder Executivo federal, foi apresentado o Projeto de Lei nº 1.992/2007, que está paralisado. Embora esse projeto de lei, desde sua apresentação, não tenha recebido a necessária análise pelas Comissões da Câmara dos Deputados, o que se observa é que o governo federal deve se movimentar ainda este ano pela sua aprovação, haja vista o crescente déficit nas contas públicas no pagamento das aposentadorias dos servidores públicos.

É com base em dados oficiais que apontam um déficit de aproximadamente R\$ 51 bilhões nos pagamentos dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) a cerca de 900 mil pessoas que o governo federal busca a instituição da previdência complementar do servidor público. Embora o valor do déficit seja tão expressivo, é necessário destacar que, atualmente, o servidor sofre o desconto da contribuição previdenciária sobre a totalidade dos seus vencimentos e não sobre uma pequena parcela, como ocorrerá a partir da instituição da previdência complementar e como ocorre no Regime Geral de Previdência Social. O servidor público ainda se submete, para fazer jus ao benefício de aposentadoria, a requisitos mínimos de idade e tempo de serviço público.

Por essa razão, é preciso destacar que o atual déficit nos pagamentos do RPPS se deve a opções feitas pelos legisladores do passa-



Com a aprovação dessa lei, os servidores que ingressaram no serviço público antes de 1998 e antes de 2003 permanecerão titulares dos direitos previstos nas regras de transição.

do, que formataram um modelo de aposentadoria do servidor público calcado na paridade de vencimentos e na integralidade, sem cogitar em equilíbrios financeiros e atuariais. Essa foi uma opção do Estado brasileiro, que não pode colocar a responsabilidade desse desequilíbrio nos atuais aposentados e pensionistas.

Assim, as alterações que se sucederem na previdência social do servidor deverão respeitar os direitos adquiridos, de modo a não infligirem injustas diferenciações. A instituição da previdência complementar dos servidores públicos é um tema que estará em evidência no presente ano, especialmente porque o governo federal evidenciou a intenção de aprovar o PL nº 1.992 com urgência.

Com a aprovação dessa lei, os

servidores que ingressaram no serviço público antes de 1998 e antes de 2003 permanecerão titulares dos direitos previstos nas regras de transição contidas nas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003, que lhes garantiram a paridade e a integralidade.

Já os servidores ingressos após 2004 terão seus proventos de aposentadoria calculados conforme dispõe o artigo 1º da Lei nº 10.887/04, correspondentes à média aritmética das 80% maiores remunerações que perceberem. Poderão, ainda, optar pelo regime de previdência complementar que vier a ser instituído.

Por sua vez, os servidores que ingressarem no serviço público após a instituição do regime de previdência complementar do servidor obrigatoriamente se aposentarão com os proventos no montante máximo correspondente ao teto do RGPS. Em contrapartida, a contribuição previdenciária incidirá apenas sobre a parcela da remuneração desses servidores que corresponda a esse teto. Assim, se desejar auferir proventos de aposentadoria superiores a esse valor, o servidor poderá aderir ao regime de previdência complementar, que terá caráter facultativo.

Como se observa, a futura instituição do regime de previdência complementar do servidor público trará grandes mudanças, que atingirão apenas aqueles ingressos no serviço público após a aprovação de lei de iniciativa do chefe do executivo de cada ente federado, salvo, evidentemente, as situações em que o servidor optar expressamente por esse regime. ||

*Arthur de Souza Carrijo é advogado

MIOPIA PREVIDENCIÁRIA

Por Renato Follador*



Há oito anos, em seminário sobre a reforma da previdência no Congresso Nacional, desafiei o recém-nomeado ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, afirmando que nenhum fundo complementar seria criado em qualquer estado ou município e, tampouco, na União. A razão? Não era solução técnica. Nem politicamente viável diante do corporativismo dos servidores.

Noventa por cento dos municípios brasileiros têm seus servidores com remuneração abaixo do teto do RGPS/INSS. Logo, ineficaz a previdência complementar capitalizada para solucionar os graves problemas fiscais com despesas crescentes com pessoal. Mesmo nos Estados e na União, onde os servidores são mais bem remunerados, o problema é o déficit crescente dos Regimes Próprios nos salários até o teto do INSS, se mantido o seu financiamento por repartição simples. É que neste a relação ativos/inativos é

fundamental para o equilíbrio do regime. E, diante do aperto fiscal, quando muito, os governos fazem concurso público somente para substituir servidores que se aposentam.

A dinâmica é a seguinte: imaginemos um ente federado com cem servidores ativos e dez aposentados. A relação é de dez ativos para um inativo. No final do ano, são aposentados cinco servidores, restando 95 ativos e aumentando o número de inativos para 15. Pronto: a relação caiu de 10/1 para 6,3/1. O que o governo faz? Contrata, para repor os cinco aposentados. Teríamos restabelecido o quadro de ativos com 100 servidores, mas, como passamos a 15 aposentados, a relação seria de 6,7/1.

Para restabelecer a relação inicial de 10/1, teriam que ser contratados 55 novos servidores, o que representaria ampliar o quadro de ativos em 58%, algo absolutamente inviável. A solução do problema passa, então, pela capitalização integral dos Regimes Próprios. Não só para a parte das remunerações inferiores ao teto do INSS, mas para todo o valor da remuneração.

Tal modelagem, que inclui, ainda, a segregação da massa, ajustada à capacidade de financiamento de sua previdência por cada ente federado, foi adotada por nós, pioneiramente, no Paraná há 13 anos, com a criação da Paranaprevidência.

Hoje, com patrimônio próximo de R\$ 9 bilhões, ela já paga 30% da folha total de inativos e pen-

sionistas do Estado, percentual que será ampliado gradativamente. Aprimorando tal modelo, poderíamos imaginar, para os futuros servidores, que até o teto do INSS fosse um plano capitalizado de benefício definido e acima do teto um plano de contribuição definida. A maioria dos estados e centenas de municípios seguiram o modelo. Mas a União, que cobra respeito às leis e normas federais e impõe penalidades por meio do necessário CRP, não fez o dever de casa.

Outro grande erro da medida que ainda tramita no Congresso: a natureza jurídica pública do órgão gestor da sua previdência complementar. Qual a segurança do servidor de que seu suado dinheiro será gerido com rigor técnico, sem ingerência política? No Brasil e em qualquer país do mundo, os governos são péssimos gestores de fundos de longo prazo, pois incompatíveis com a visão do

governante, que é de curto prazo. Quem não acredita, basta analisar o desempenho de nossos dilapidados fundos como FGTS, FCVS, PIS e PASEP.



Foto: Divulgação

*Renato Follador é consultor em previdência social, pública e privada.

Qual a segurança do servidor de que seu suado dinheiro será gerido com rigor técnico, sem ingerência política?

Logo, prudente que o governo tivesse proposto uma natureza jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, como são os serviços sociais autônomos existentes no país, de honrosa história, como a FGV, o Hospital Sarah Kubitschek, o SESI e a própria Paranaprevidência.

Ademais, tal personificação jurídica colocaria a nova instituição fora do âmbito do Executivo, fator crucial para a adesão de outros poderes.

Enfim, somente a miopia de quem propôs a absurda ideia de previdência complementar no serviço público – e de quem agora continua a defendê-la – impede a União de trilhar o melhor caminho para os Regimes Próprios brasileiros. ||

CORTES NO ORÇAMENTO AFETAM SERVIDORES

CURSOS DE CAPACITAÇÃO E CONCURSOS ESTÃO SUSPENSOS

No início de fevereiro, o governo anunciou um corte de gastos de R\$ 50 bilhões no Orçamento, com o objetivo de ajustar as contas públicas e reduzir o desperdício nas despesas. Como esses cortes repercutirão no desempenho dos servidores e na prestação dos serviços públicos, principalmente aqueles essenciais, será o grande desafio para toda a administração pública. A maior parte dos cortes deverá atingir os gastos de custeio para a manutenção da máquina pública e as emendas dos parlamentares. Dos R\$ 50 bilhões anunciados, R\$ 18 bilhões eram gastos a mais no Orçamento deste ano em relação ao de 2010. As propostas de cortes e ajustes apresentadas pelos ministérios para os gastos de 2011 deveriam reduzir em 50% as despesas com passagens e viagens de servidores e autoridades, além de vetar a compra, a reforma e o aluguel de imóveis, bem como a aquisição de veículos para uso administrativo.

Mas, até o início de abril, de acordo com a ONG Contas Abertas, comparando-se o primeiro trimestre do governo Dilma com igual período no ano passado, ocorreu uma redução de R\$ 260 milhões nas despesas com viagens, o que representa um percentual de apenas 13% em relação ao esperado pelo Governo. A maior economia foi nas despesas com diárias de pessoal civil, reduzidas em 31,6%, com relação ao mesmo período de 2010, o que representa economia de mais de R\$ 40 milhões no orçamento público. Ainda assim, abaixo do planejado na previsão de contenção dos gastos públicos.

Dentro de cada órgão, os gestores têm feito o que podem para se adequar aos novos limites. Na

Controladoria-Geral da União (CGU), por exemplo, o ministro-chefe Jorge Hage já disse que não haverá diminuição do número de fiscalizações nos municípios devido ao corte de verbas anunciado pelo governo. Entretanto, não seria possível ampliar a quantidade de cidades fiscalizadas.

Os mesmos cortes também obrigaram a Polícia Federal a suspender cursos de aperfeiçoamento que seriam aplicados em março. Entre outras condições, os cursos são pré-requisitos para a ascensão profissional e passaporte para



aumentos de salário na carreira. A medida frustrou os planos de aproximadamente 250 peritos, agentes e delegados que aguardavam pelo início das aulas.

O analista de finanças Felipe Salto, da Tendências Consultoria, em São Paulo, acredita que o governo tentará concentrar os cortes ao máximo nas despesas de custeio e com pessoal. Porém, o espaço nessas áreas é pequeno, algo em torno de R\$ 5 bilhões e R\$ 7 bilhões.

De forma mais geral, milhares de vagas deixarão de ser preenchidas até o fim deste ano com o cancelamento dos concursos. No final de março, o Ministério do Planejamento publicou a suspensão, por tempo indeterminado, dos concursos públicos e contratações de servidores públicos, em 2011, na esfera do Poder Executivo da União. A suspensão atinge tanto os novos concursos quanto as nomeações de seleções realizadas, em vagas para cargos públicos nos ministérios (administração direta), nas agências reguladoras, autarquias e fundações (administração indireta).

Para o economista Roberto Piscitelli, professor de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UnB), não se pode acreditar que os concursos suspensos tenham sido realizados de forma irresponsável. Eles foram feitos porque havia uma necessidade. No entanto, o processo de suspensão de contratações pode causar dificuldades crescentes, pois a idade média do servidor público em algumas carreiras é elevada, com um contingente grande de pessoas em final de carreira. O que pode gerar lacunas que não estão sendo preenchidas.



Foto: Daiane Souza/UnB Agência

Roberto Piscitelli: suspensão de concursos poderá causar grandes dificuldades.

Vacas magras

A perspectiva presente é de um período de vacas magras, em que não haverá reajustes, reclassificações e aumentos. O que não deixa de ser um fator de desestímulo para o servidor, o que dará uma sensação de parada. No caso do serviço público, embora tenha havido uma melhoria salarial para todas as carreiras, com a reestruturação das mesmas, tais ajustes se deram de forma diferenciada, ensejando que os integrantes das categorias com grande contingente (exatamente as vinculadas a saúde, educação e segurança) não tivessem sequer a recuperação das perdas salariais. Esse processo de reestruturação se efetivou principalmente ao longo do segundo mandato do presidente Lula. Nos anos anteriores, o projeto da Reforma do Estado promoveu a redução da máquina pública e, por consequência, realizou poucos concursos e uma mínima recomposição dos salários.

No cenário atual, a suspensão de concursos e a redução de gastos com áreas essenciais poderá causar dificuldades ao Governo, visto que são os setores onde é maior o clamor dos usuários mais carentes e são perfeitamente identificados (saúde, educação, segurança) cujos serviços dependem essencialmente de servidores, de pessoas.

Como mostram várias comparações internacionais, ao contrário do que se diz, não há excesso de servidores públicos no Brasil. Estamos abaixo de outros países desenvolvidos.

Piscitelli diz que a tendência com os cortes no orçamento é sempre a qualidade do serviço diminuir. Entretanto, nos setores mencionados não há o que reduzir, pois a demanda pelos serviços continua crescendo. Isso prejudicará principalmente as populações que dependem do serviço público e não têm nenhuma outra alternativa fora dos serviços públicos gratuitos, assegurados pela Constituição Federal. ||

É NECESSÁRIO MELHORAR O DEBATE SOBRE O QUE É QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

Por José Cezar Castanhar*



Foto: Divulgação

Logo após assumir o governo, a presidenta Dilma Rousseff determinou à sua equipe econômica que preparasse uma proposta de ajuste dos gastos públicos. Como resultado desse ajuste, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 50 bilhões de reais, o que significa na prática, no mínimo, a necessidade de adiar gastos enquanto perdure o contingenciamento, ou de cortes definitivos. Essa decisão visou, aparentemente, atender ao clamor de analistas econômicos conservadores que denunciavam

com insistência um descontrole dos gastos públicos, ocorrido ao longo do ano anterior. A iniciativa da presidenta almejava, assim, a dar um sinal ao “mercado” do seu compromisso com a estabilidade econômica.

Cabem aqui duas considerações que ficaram ausentes tanto da crítica dos analistas que denunciavam o descontrole, quanto do anúncio das medidas que visaram a reverter esse descontrole. A primeira é: havia de fato um descontrole das contas públicas? A segunda é: quais as consequências da decisão de cortes (ou contingenciamentos) drásticos de gastos para o desenvolvimento do país em geral e para a própria melhoria da qualidade da gestão pública em particular. Esse artigo tenta responder a essas perguntas.

No que toca ao descontrole dos gastos públicos, que se tornou um verdadeiro mantra entre os analistas conservadores, chega-se a uma constatação desconcertante, considerando-se o tom agressivo das críticas: os dados simplesmente não confirmam a tese do descontrole. Como é sabido, o principal reflexo de um descontrole nas contas públicas é o aumento da relação entre a dívida e o PIB (veja-se o caso dos países europeus

em crise, especialmente Grécia e Irlanda, em que essa relação subiu rapidamente de menos de 50% para mais de 100% do PIB). Ora, no Brasil, a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB declinou de 42,1% em fevereiro de 2010 para 39,9% em fevereiro de 2011. Outra medida importante para avaliar a consistência das finanças públicas é a trajetória do déficit nominal do setor público, que vai refletir a necessidade de financiamento. Enquanto que nos países desenvolvidos o déficit nominal aumentou ao longo da crise internacional atingindo patamares de dois dígitos, no Brasil esse déficit caiu de 3,34% do PIB em 2009 para 2,56% do PIB em 2010 e encontra-se praticamente estável no início de 2011, com previsão de fechar o ano abaixo de 2% do PIB. Um curioso descontrole das contas públicas.

Da mesma maneira o início de 2011 vem produzindo resultados excelentes na área fiscal. O superávit primário acumulado nos dois primeiros meses do ano já acumulou 4,22% do PIB em termos anualizados e já se aproxima de 3% do PIB no acumulado de doze meses. Havia, então, necessidade do contingenciamento anunciado? Existem duas explicações para isso.

Uma de natureza política: é sabido que as medidas impopulares são tradicionalmente adotadas no início dos governos, seja para aproveitar a alta popularidade inicial dos governantes, seja para produzir benefícios no longo prazo, próximo do calendário eleitoral. A outra razão é de natureza econômica.

Fruto do próprio êxito da política econômica do governo anterior, a inflação tem aumentado de forma persistente e se tornou uma questão prioritária na agenda de política econômica. Assim, talvez mais do que resolver um problema de desequilíbrio de contas públicas, que de fato não existe, o governo busca com essa medida influenciar nas “expectativas” dos agentes econômicos, especialmente daqueles que consideram que a inflação é decorrente dos gastos públicos.

Independentemente da motivação do contingenciamento o desafio é minimizar o impacto negativo que terá sobre aquilo que, supostamente, tenta melhorar: a qualidade da gestão pública. É sabido que os grandes desafios que o país enfrenta para prosseguir na trajetória de desenvolvimento exigem políticas públicas que vão demandar gastos públicos, seja para investimento, seja em gastos correntes. O desafio de melhorar a saúde pública, a educação e a segurança pública, por exemplo, requerem maciços investimentos governamentais na contratação e qualificação de profissionais, bem como na melhoria salarial desses profissionais. Tornou-se um tema onipresente entre os críticos da economia brasileira a necessidade de melhorar a educação. Seria interessante que esses críticos dis-

sessem como melhorar a educação sem melhorar a qualificação e a remuneração dos professores, o que requer gastos públicos. O mesmo vale para a educação e a segurança pública.

Assim, uma medida para melhorar a qualidade do debate sobre a qualidade do gasto público seria superar algumas dicotomias e preconceitos que não têm nenhuma base teórica ou empírica e refletem mais preconceitos ideológicos de quem não tem argumentos sólidos. O primeiro e principal deles é a noção de que gasto corrente do setor público é ruim e de que apenas o gasto com investimento é bom. Ora, como argumentado acima, alguns dos mais importantes desafios estratégicos que o país necessita resolver para se desenvolver (como educação e saúde) têm que ser solucionados principalmente com gastos correntes. Da mesma maneira, melhorar a capacidade de gestão dessas e de outras políticas requer o contínuo aprimoramento dos servidores públicos, além da contratação do número adequado para atender às demandas dos respectivos setores.

O outro exemplo do paradoxo implícito nas críticas dos analistas conservadores relaciona-se às críticas sobre a precária fiscalização das regras de conservação ambiental no país. Ora, para fiscalizar necessita-se de pessoal em quantidade e com a qualificação e re-

muneração adequadas, o que significa aumentar gastos correntes. Em resumo, no tocante às políticas públicas, gastos correntes podem ser tão (ou mais) estratégicos do que investimentos.

O excelente desempenho da economia brasileira neste início de ano provavelmente minimizará os danos prováveis de uma medida de corte de gastos nesse início de governo. Porém, não podemos contar sempre com a sorte ou com uma conjuntura favorável. É mais do que nunca, portanto, hora de se promover, especialmente, a partir de governo, um debate sério, consistente e fundamentado sobre o que significa realmente qualidade da gestão pública. ||

* José Cezar Castanhar é professor da FGV/ Rio de Janeiro



SAÚDE DO SERVIDOR ESTARÁ ONLINE

SISTEMA CRIADO PELO GOVERNO PERMITIRÁ A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS PELA INTERNET



Foto: Arquivo Público

Com o prontuário eletrônico, profissionais de saúde e servidores poderão acompanhar dados sobre a saúde.

Dentro de algum tempo, os servidores públicos federais poderão consultar todos os dados sobre a sua saúde direto pelo computador. Por meio de um prontuário eletrônico, cada servidor poderá obter informações online de sua saúde, desde o ingresso à aposentadoria. Será a rede Sias (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).

Essa rede informatizada vem sendo montada pelo Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor, órgão da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (Desap/SRH/MP) e será usado por todos os servidores. A partir da implantação do sistema, as informações serão consolidadas para gerar ações.

Além do próprio servidor e dos profissionais de saúde, esses dados poderão ser acessados pelos gestores de cada área. O acesso às infor-

mações permitirá que os gestores acompanhem todo o histórico do servidor, incluindo motivos de afastamentos, perícias médicas, resultados dos exames periódicos e outros. A expectativa é, por meio desses dados, diagnosticar as causas mais comuns de adoecimento no serviço público e formular políticas mais adequadas de saúde.

Prontuário eletrônico

O sistema de prontuário eletrônico será composto de cinco módulos. A previsão é de que todos estejam implantados até o meio de 2012. O primeiro, já pronto, é o de perícia médica, que atingiu 53% dos servidores vinculados ao sistema e foi implementado até agora em 64 órgãos e em 21 estados. Este deverá estar totalmente iniciado e se tornar obrigatório em todo o país até o fim do ano.

O segundo módulo é o de Exames Periódicos, que começou a

ser usado este ano. A partir dele se terá informações de todos os exames periódicos do servidor. O terceiro será o de Promoção da Saúde, que está sendo homologado. Os dois outros módulos serão o de Vigilância e o de Exame Admissional, para quando o servidor ingressa no serviço público. A junção dessas informações individuais, coletivas e do ambiente de trabalho forma o que se está chamando de prontuário eletrônico. Hoje, alguns órgãos já contam com informações em rede, mas restritas apenas àquele órgão.

Exames periódicos

Desde o início de abril, uma portaria publicada no Diário Oficial obriga todos os órgãos públicos federais que tenham servidores ativos em seu quadro de pessoal, a providenciarem a realização de exames médicos periódicos e lançarem o resultado

on-line, em módulo próprio do Siass, e não mais em seus sistemas individuais.

A realização dos exames periódicos já estava prevista desde 2009, quando a legislação foi editada. Desde então, vários órgãos vêm realizando esses exames, mas nem todos estão fazendo o lançamento no sistema informatizado.

A Portaria 783, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP), publicada no Diário Oficial, determina ainda que os exames sejam realizados de forma direta, ou por meio de convênio ou contrato com operadora de saúde. Cada exame será realizado nas unidades dos órgãos.

Sérgio Carneiro, diretor do Desap, explica que no período de pouco mais de um ano de implantação, o Siass permitiu realizar 36,1 mil perícias médicas em servidores de 19 estados. Foram inauguradas 35 unidades físicas do programa, envolvendo 64 órgãos federais. “O interesse é ter ações que melhorem a saúde do servidor. Para isso, é preciso ter informações para entender porque

Diretor Sérgio Carneiro lembra que o novo sistema já permitiu realizar mais de 36 mil perícias médicas em um ano.



Foto: Divulgação/MPOG

o servidor está adoecendo e montar ações de promoção da saúde. Na medida em que entendamos o processo de adoecimento, a expectativa é de que diminuam as faltas, aumente a qualidade de vida e melhore o ambiente de trabalho do servidor”.

Ele explica que, a partir de agora, o serviço público passa a con-

tar com o exame periódico como o que já existia na iniciativa privada. Dessa forma, os servidores poderão ter um melhor acesso às informações de sua saúde. “O governo está tratando a questão da saúde como algo sério e preocupado com a qualidade de vida do servidor, discutido dentro da área de gestão de pessoas”. ||

NÍVEIS DE ACESSO

Uma preocupação é em relação a quem poderá ter acesso às informações particulares dos servidores. Por isso haverá níveis diferentes de acesso a essas informações, de acordo com a função do gestor, além do médico e do próprio servidor.

O servidor poderá ter acesso ao sistema para marcar sua perícia e para ter acesso a suas informações. O gestor da unidade terá informações de abrangência da sua unidade do sistema. O gestor de RH terá acesso a informações mais gerais, onde serão preservados os dados de segurança médica. O médico é o único que

tem acesso aos prontuários médicos, que preservam o sigilo de saúde. Dependendo o nível de informação, se preserva o acesso às informações de saúde.

Os exames são realizados em diferentes intervalos de tempo, conforme a idade do servidor e a exposição a riscos no trabalho. Para os que têm entre 18 e 45 anos, devem ser feitos a cada dois anos. Os com idade acima de 45 anos, uma vez por ano. Para os servidores expostos a riscos ou portadores de doenças crônicas, os exames são anuais ou em intervalos menores.

AS MELHORES OPÇÕES PARA INVESTIMENTOS

UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS APLICADORES

Como proteger seu dinheiro em relação à oscilação da inflação para cima e do dólar para baixo? Investir na bolsa ou é melhor apostar na segurança dos títulos de renda fixa?

Para Louis Frankenberg, diretor executivo e de planejamento financeiro da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), as melhores opções para investimento dependerão de o quanto se tem disponível para investir e se o perfil de quem aplica é mais ou menos conservador. Também é preciso levar em conta por

quanto tempo se planeja investir.

Para o público que já pensa na aposentadoria e não está acostumado a investir, ele aconselha começar com a aplicação em uma poupança, pois ela sempre permite uma garantia até R\$ 50 mil e o resgate imediato, no caso de uma emergência. Mas essa aplicação dá um retorno apenas igual ao da inflação, com o rendimento de um anulando o outro, servindo apenas para não ver o dinheiro corroído pela desvalorização da moeda.

Uma aplicação bem vista são os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento bruto gira em torno de 11,5% por ano,

o que pode render algo em torno de 6% a 7% livre de inflação e de imposto de renda. Este também é um investimento conservador, de renda fixa. Para quem já está aposentado ou pensa em se aposentar, o analista acredita que esses são os investimentos mais interessantes. “No Brasil, ainda é um bom negócio o rendimento fixo. Seja a poupança ou o CDB”.

Mas dependendo da quantia aplicada, não se deve fazer retiradas maiores que os juros ou que a inflação. Frankenberg também explica que embora esse tipo de investimento possa ser retirado em qualquer momento, o prazo



não é tão essencial. Mas o ideal é manter a aplicação por períodos mais longos.

Para quem está numa situação intermediária, próximo de se aposentar, mas ainda não conseguiu reunir o necessário para garantir o rendimento nessa fase, porém conta com uma reserva entre R\$ 50 mil e R\$ 200 mil, para um cenário em que não há uma inflação descontrolada, Frankenberg recomenda o investimento em um fundo de previdência que, dependendo do perfil, também pode ser conservador. Mas ao mesmo tempo mantém a liquidez do dinheiro sem precisar recorrer a empréstimos, cujos juros são muito altos. E isso, quando já se está aposentado, pode ser importante.

As aplicações em previdência privada podem ser VGBL ou PGBL e ele explica que uma das vantagens desse tipo de aplicação, principalmente os VGBL, é o de não ser incluído no inventário. Também é possível escolher fazer retiradas rotineiras ou de uma quantia maior de uma só vez.

Consultor independente ligado ao Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros (www.ibcpf.org.br), Louis Frankenberg recomenda procurar profissionais independentes na hora da aplicação e não o gerente de banco. “O gerente tem um objetivo e um produto para tentar vender. Vale a pena, às vezes, pagar um honorário para obter uma resposta isenta daquele profissional. A pessoa que vai aconselhar não deve ser a mesma que vai guardar seu dinheiro. Ela precisa analisar o seu perfil e os seus objetivos e se o banco com o qual você trabalha tem os mecanismos para alcançar esses objetivos”.



Frankenberg destaca os melhores investimentos.

Bolsa

A possibilidade de ganhar mais dinheiro vem acompanhada de oscilações muito maiores do que as da renda fixa. Se quem escolhe onde aplicar é mais novo, é possível ousar um pouco mais. Investir em ações pode render muito mais, mas é preciso pensar no longo prazo e estar disposto a correr riscos. Os preços das ações são definidos não só pelo que acontece com a empresa hoje, se ela vai bem ou mal, mas também pelas expectativas dos investidores em relação ao que vai acontecer com a empresa amanhã. Como isso varia muito, os preços das ações também sobem e descem meio sem explicação, ou seja, investir em ações é muito mais arriscado do que investir em renda fixa.

Se quem quer investir já tem mais idade, é preciso tomar cuidado para não tomar sustos e arriscar perder o que já juntou. Além disso, o perfil do brasileiro também é conservador. Frankenberg também chama a atenção para o crescimento da inflação, que ajuda a corroer mais rapidamente qual-

quer capital que não esteja aplicado. Entre o público de servidores federais, Frankenberg acredita que seja imaginável uma economia a partir de R\$ 50 mil e que possa chegar a R\$ 500 mil.

Imóveis

Para alguns, a compra de um imóvel também aparece como opção como investimento para garantir a aposentadoria. Mas há vários fatores a considerar. Em primeiro lugar, os preços estão muito valorizados – resultado da alta demanda causada pela estabilidade econômica, a oferta de crédito, juros mais baixos e prazos maiores para pagamento. Em estados como o Rio de Janeiro e Brasília, os preços aumentaram muito em 2010.

Por outro lado, nada garante que o mercado se mantenha assim e alguns especialistas garantem que os preços vão deixar de subir. Enquanto outros não acreditam em desaquecimento.

No caso do aluguel, o retorno bruto sobre o valor do imóvel varia bastante: geralmente de 0,5% a 1% ao mês. Já os fundos de renda fixa rendem algo em torno de 0,6% ao mês. Por outro lado, os imóveis para aluguel ficam sem rendimento nos períodos entre os contratos de locação.

Aposentadoria

Para quem pretende usar o aluguel para completar a aposentadoria, a recomendação é pela compra de imóveis menores, geralmente com maior procura e mais rentáveis e menos riscos. Caso das quitinetes, por exemplo. Já os imóveis comerciais, embora os alugueis

sejam mais rentáveis, oferecem mais riscos.

Dicas de investimento

A melhor opção varia de investidor para investidor. Investir é como comprar roupa, você tem de usar o que te deixa confortável. Considere:

A: quanto você tem para investir. Quem tem menos dinheiro e ganha menos não pode perder muito, por isso deve escolher investimentos menos arriscados.

B: a sua idade. Jovens podem correr mais riscos, pois eles terão mais tempo para se recuperar das perdas se algo der errado. Quem está perto de se aposentar não deve correr riscos que ameacem o patrimônio construído ao longo da vida.

C: o conhecimento financeiro. Quem conhece pouco do mercado ou nunca investiu deve optar pelo básico. Investimentos complicados podem levar a escolher uma aplicação inadequada.

D: a aversão ao risco. Algumas pessoas convivem bem com a ideia de investir na bolsa e ver o dinheiro encolher de um dia para o outro, outras não. Quem não suporta a ideia de perder não deve optar pelo risco.

E: aplicações como Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa são boas opções para os investidores que não gostam de riscos.

O que levar em conta ao optar por um investimento?

A: sei bem o que estou fazendo? Conheço os riscos, os prazos, a mecânica do investimento que estou escolhendo - quando entra, quando sai, quando o dinheiro volta para a conta bancária, quanto vou receber de juros, quanto vou pagar de impostos, quais são as taxas e tarifas, e assim por diante.

B: se der errado, o que acontece? É bom estar informado sobre os riscos, pois ninguém gosta quando a bolsa cai, por exemplo.

C: Cuidado com as dicas infalíveis.



Foto: Arquivo Público

Quais as vantagens e desvantagens de investir em ações?

Quem investe em ações está comprando duas coisas. Uma é o valor patrimonial de uma empresa - suas máquinas, equipamentos, fábricas, marcas e patentes. Podemos dizer que é o presente.

Outra é a capacidade de uma empresa usar essas máquinas, fábricas e patentes para gerar dinheiro. É o futuro dela. ||



Foto: Divulgação

SEGURO DE VIDA: FAÇA A ESCOLHA CERTA

OBSERVAÇÕES NA HORA DE ASSINAR O CONTRATO

O conceito de seguro de vida é o de um contrato, uma garantia que você dá para que seus familiares possam se recuperar da sua perda. E há várias modalidades de seguro. O mais importante a levar em conta é a escolha da seguradora e a análise de alguns pontos do contrato. O que ele cobre, por exemplo. Há seguros que indenizam por morte acidental ou por morte natural. É preciso saber se esse valor para um e para outro é o mesmo. Têm os seguros que também podem cobrir invalidez temporária ou permanente. E, nesses casos, qual é a cobertura por longos prazos e se há restrição por doença pré-existente.

Breno Campos, advogado da Lacerda & Lacerda, de Porto Alegre, aconselha: quem deseja fazer um seguro deve pensar quanto pode dispor, pois não é um investimento exatamente barato. Para qual seguradora se quer direcionar o capital? Pesquise o mercado. Veja mais de uma seguradora e



veja aquela que, pelo mesmo valor, lhe oferece a melhor cobertura.

Antes de assinar o contrato, leve a apólice para alguém de confiança que possa analisá-la e esclareça cada cláusula. “Muitas vezes um pequeno investimento nesse tipo de análise evita muito problema posterior para a família”. Ele também explica que tanto seguradoras quanto instituições bancárias podem dar a mesma confiança e qualidade de serviço. “Os seguros brasileiros são padronizados. As diferenças vão estar nas cláusulas que vão ser utilizadas ou não em cada apólice. Consulte quem entenda e peça para lhe traduzir o que não entender. Só depois assine. Depois do contrato fechado, a discussão é longa e é judicial. Antes de assinar, acertando tudo, é bem mais simples para depois receber o benefício”.

Se o seguro cobre doenças pré-existentes ou não, isso precisa ser definido antes. É preciso ser definido se existirão cláusulas de carência ou de pagamento para essas doenças. Breno Campos

diz que no caso de aposentados e pessoas com mais idade, é preciso observar se o seguro cobre ou não essas doenças. Supondo que a pessoa tenha um linfoma ou um câncer, se a seguradora faz de conta que isso não tem importância e a pessoa fizer o seguro, quando precisar dele ou morrer, a seguradora não irá pagá-lo.

Uma questão importante é a diferença entre a doença existir e não se saber ou ela não existir. Se a pessoa não avisar à seguradora daquela doença ou que se está em tratamento, a mesma pode concluir que se ocultou aquela informação e não houve a análise adequada do risco, tornando a apólice nula. A recomendação é informar o problema à seguradora e ver se ela cobre. Se ela não cobrir, procure outra. Entretanto, essa cobertura geralmente implica em custo maior.

Casos de invalidez total ou parcial são pagos para o próprio segurado. No caso de morte do segurado, a apólice será paga ao beneficiário determinado. O be-

neficiário pode ser único ou vários e podem-se determinar diferentes percentuais para cada um. Para cumprir a função pretendida, que é a do amparo da família, é importante que ela conheça a existência do seguro de vida e o nome e os contatos do corretor para resgatá-lo, pois você não estará mais aqui, nem a seguradora procurará a família.

No caso de crianças pequenas, esse tipo de informação deve ser dada a um familiar, como um irmão, ou pessoa próxima de confiança da família. Ele não poderá receber o seguro, mas poderá agir em seu nome e tomar as providências para que o beneficiário possa receber. Se o beneficiário não estiver em condições de receber, coloque alguém próximo a você que possa fazer isso por ele.

Se o desejo é que o dinheiro não seja pago de uma vez só para o filho, por exemplo, é preciso fazer um testamento determinando como ele deverá ser pago. Não será a seguradora nem o banco que farão isso. ||

VALORES

Outro ponto importante que precisa ser levado em conta é o valor do seguro. O ideal é que ele permita a continuidade do padrão de vida por um período. Baseie-se no quanto a pessoa gasta mensalmente. Se ela contribui com R\$ 3 mil por mês, e quer que esse valor seja pago por cinco anos, a conta é de um total de R\$ 180 mil.

Essa conta lhe dá uma estimativa para que não se precise fazer um seguro de R\$ 3 milhões e que só lhe provocará uma despesa extra muito grande, prejudicando o dia-a-dia, pois é pago mensalmente e precisa ser renovado todo ano.

Letícia Gama, gerente de produtos da BB Seguros em São Paulo, explica que os seguros são mais contratados a partir dos 30 anos, quando

as pessoas se casam e podem ser feitos até os 65 anos. O sexo e o valor pago são influenciadores do preço do seguro, além da idade. Nas primeiras faixas etárias tem-se um percentual médio de 5% de aumento por ano. Nas faixas de idade mais altas esse aumento será em torno de 10% ao ano.

Ela explica que há seguros mais populares e mais caros para diferentes rendas e faixas etárias. Um seguro de acidentes pessoais coletivo que cubra morte acidental ou invalidez acidental e capital segurado de R\$ 10 mil pode custar R\$ 6,50 por mês, independentemente da faixa etária.



AS MÍDIAS SOCIAIS COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO MAIS VELOZ

SAIBA MAIS SOBRE ESSA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA QUE APROXIMA PESSOAS

As mídias sociais são formas relativamente novas de comunicação. Mas parece que todo mundo conhece e fala delas há muito tempo. Para não ficar perdido em qualquer conversa, é importante entender ao menos do que se trata, ainda que se prefira continuar fora da rede. Para começar, é preciso desfazer uma confusão comum entre o que são redes sociais e mídias sociais. A primeira é uma categoria da segunda. Redes sociais são sites que buscam reunir pessoas. Para participar, é preciso se inscrever. Depois, é preciso colocar fotos, perfis, vídeos, trocar informações e interagir. Mas nem sempre se resume a só isso. Aliás, quase sempre não é, e esse é o lado bom das redes. Participar dos grupos de discussões muitas vezes é a principal motivação de quem participa de uma rede social, além

da vontade de fazer amizade ou conhecer pessoas.

As mídias sociais têm uma definição um pouco mais ampla. São como sites de internet que permitem a construção interativa de conteúdo, a interação e o compartilhamento de informações. Para se ter uma ideia, no Brasil, mais de 80% dos internautas participam de alguma mídia social. Outra informação importante é de que há muito tempo as mídias e redes sociais deixaram de ser brincadeira de adolescentes. A média de idade no Twitter, por exemplo, é de 39 anos.

Segundo a pesquisa formulada em janeiro pela eCMetrics sobre os hábitos de uso e comportamento do internauta brasileiro, 5% compartilham ou comentam na rede; 15% dos internautas criam conteúdo e 60% em média, apenas pesquisam na internet sobre o as-

sunto. Homens e mulheres com 45 anos ou mais, membros da classe A, são a maioria dos consumidores online.

O estudo demonstra que o internauta brasileiro já está inserido na web 2.0 e tem na internet um instrumento de busca, entretenimento e interação com empresas e quer ser ouvido. Recentemente, uma matéria do Jornal da Globo, da TV Globo, mostrou que uma legião de consumidores já percebeu o poder da internet. E por isso uma rede de supermercados criou um grupo com cinco pessoas para abastecer os canais da empresa nas redes sociais e monitorar o que está sendo dito sobre ela. Quando aparece um consumidor com problemas, eles tentam resolvê-lo o mais rápido possível. O que mostra que a mudança na relação com os clientes também influencia as outras formas de atendimento

tradicionais das empresas, como o telefone. As redes sociais estão impondo uma nova agilidade e um novo tempo de resposta para todos os canais.

Twitter

Da forma mais resumida, o Twitter, fundado em 2006, é um microblogging, uma versão mais curta dos blogs, que por sua vez são como diários da web, onde o autor conta partes de sua vida pessoal ou profissional a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou posts e pode receber comentários sobre o que escreveu. O Twitter funciona da mesma forma, mas a partir do envio de mensagens mais curtas – tweets – com o limite de 140 caracteres por mensagem, para contar o que se está fazendo e ser visualizado por seus seguidores; ou por meio de *replies* – respostas às pessoas que lhe enviam um tweet. O nome e a inspiração vieram de um pássaro que emite um trinado estridente para avisar os outros do que está fazendo e onde está.

No Twitter, o nome de cada usuário é precedido pelo mesmo símbolo de arroba “@” que já acompanha quem usa e-mail, e sem acento. Ao criar a conta no Twit-

ter, é preciso escrever um perfil em ínfimos 160 caracteres, o que ajuda as outras pessoas a seguirem você, além de poder escolher uma imagem de fundo para a própria página. Alguns blogs tornaram-se famosos e adquiriram leitores fixos e até fãs.

Essa é a parte boa. Porém, uma crítica comum também é a de que as redes sociais servem muitas vezes para inflar egos. E o objetivo se resumiria à autopromoção, angariar “fãs” e usá-los como forma de alcançar um objetivo. A principal característica dessas redes e mídias é a velocidade. O twitter permite que o usuário leia uma atualização feita por outro internauta no momento em que a informação foi publicada, facilitando uma rápida comunicação através de respostas ou comentários a ela. Até o início de abril, são 175 milhões de contas registradas. E calcula-se que sejam 56 milhões de usuários que postam mensagens com frequência.

e-Gov

Os próprios governos estão entre os principais utilizadores das mídias e das redes sociais como forma de melhorar sua comunicação com a população. Se na primeira fase a internet era trabalhada a partir de estruturas isoladas, agora ela é estruturada de modo integrado em termos de funcionalidade e conteúdo, onde a construção e a distribuição desses conteúdos partem de todos os lados, formando a teia da web 2.0, regidos pela lógica da cooperação e participação.

No Brasil, o governo tem se utilizado de Facebook, Twitter, Orkut, YouTube, blogs e sites para tornar essa interação mais dinâ-



mica e para ter um retorno da sociedade sobre as políticas, serviços e ações governamentais. Uma das páginas mais visitadas é o Blog do Planalto (<http://blog.planalto.gov.br>), vinculado à Presidência da República e cujo objetivo, segundo o próprio governo, é dar mais informalidade e comunicação diferenciada do que já é oferecido pelos portais e outras formas de comunicação oficial.

Segundo a Comunicação Social da Presidência da República não há uma unificação sobre a utilização das mídias sociais. Cada órgão tem a liberdade para usá-las de forma mais ou menos intensiva. A principal vantagem desse tipo de contato é permitir os dois lados da comunicação e a cobrança de ações por parte do cidadão. ||

PARA FACILITAR AS COISAS

MÍDIAS SOCIAIS: Twitter (microblogging), YouTube (vídeos), SlideShare (Compartilhamento de apresentações), Flickr (Compartilhamento de fotos) etc.

REDES SOCIAIS: Orkut, Facebook, MySpace etc.



CAMPANHA ANUAL DA VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE

META É IMUNIZAR MAIS DE 23 MILHÕES DE PESSOAS



O Ministério da Saúde começou a campanha anual de vacinação contra a gripe. Este ano houve uma ampliação da população coberta pela Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza do Sistema Único de Saúde. Além de idosos e populações indígenas, atendidos desde 1999, serão imunizadas crianças entre seis meses e dois anos, gestantes e profissionais da saúde. A vacina a ser distribuída protege contra os três principais vírus que circulam no hemisfério sul, entre eles o da influenza A (H1N1). A meta é imunizar 23,8 milhões de brasileiros. A 13ª campanha acontecerá até 13 de maio, em 65 mil postos em todo o país.

No sábado seguinte ao início da campanha, 30 de abril, ocorrerá o Dia de Mobilização Nacional para estimular a ida da população aos pontos de imunização. “Estamos incluindo três grupos importantes na campanha e esse é o momento de sensibilizar e informar a população, principalmente esse novo público, para que todos procurem os postos de saúde durante a campanha e tomem a vacina”, afirmou o ministro Padilha.

As complicações da influenza

são mais comuns nesses grupos - idosos e crianças com idade entre seis meses e dois anos, além das gestantes, que também são muito vulneráveis. Neste caso, a principal forma de prevenção é a vacinação.

CRIANÇAS – Os pais devem levar as crianças duas vezes aos postos de vacinação, quando será aplicada meia dose em cada vez. É essencial que a criança retorne ao posto de saúde 30 dias após receber a primeira dose da vacina para que seja aplicada, então, a segunda dose. Porém, a vacina não será aplicada depois de 13 de maio, por isso é importante não perder a data. Um dos objetivos da campanha é imunizar cada um desses públicos antes da chegada do inverno.

IDOSOS – Na população com mais de 60, estudos demonstram que a vacinação pode reduzir em até 45% o número de hospitalizações por pneumonias. Entre os residentes em casas de repouso e/ou asilos, a redução na mortalidade chega a 60%. Para a realização da campanha, o Ministério da Saúde distribuiu cerca de 33 milhões de doses da vacina contra a influen-

za, ao custo de R\$ 229 milhões. A esse investimento somam-se os recursos das transferências fundo a fundo realizadas para as Secretarias de Saúde estaduais e municipais, que podem aplicá-los na aquisição de seringas, agulhas e outras despesas. A campanha conta ainda com recursos das próprias secretarias, possibilitando o funcionamento de aproximadamente 65 mil postos de vacinação.

SERVIÇO

Quem será vacinado ?

Toda a população de 60 anos ou mais, toda a população indígena (acima de 6 meses de vida), crianças com idade entre seis meses e dois anos, gestantes e profissionais de saúde. ||

CONTRAINDICAÇÕES

Não deve tomar a vacina quem tem alergia à proteína do ovo. Pessoas com deficiência na produção de anticorpos, seja por problemas genéticos, imunodeficiência ou terapia imunossupressora, devem consultar o médico primeiro.

CUIDADO COM OS OLHOS A VIDA TODA



Foto: Arquivo Público

Os olhos merecem cuidados constantes ao longo de toda a vida. Mas, segundo a Sociedade Brasileira de Oftalmologia, de acordo com a idade, problemas diferentes podem se tornar mais propícios.

CRIANÇA

Logo que nasce, um dos exames mais importantes é o teste do olhinho, ou teste do reflexo vermelho. Um exame que deve ser realizado em bebês na primeira semana de vida, de preferência antes da alta da maternidade, e que pode de-

tectar e prevenir diversas doenças oculares, assim como o agravamento dessas alterações e que podem levar a uma cegueira irreversível. O teste é fácil, não dói, não precisa de colírio e demora apenas de dois a três minutos. O pediatra observa a visão do bebê através do feixe de luz emitido pelo oftalmoscópio, refletido na retina. Quando não há nenhum obstáculo à visão, a luz chega até a retina e, ao ser refletida, faz com que o examinador perceba um reflexo vermelho. Sua ausência indica possível obstrução à passagem da luz e as suas causas precisam ser apuradas.

A comparação dos reflexos dos

dois olhos também fornece informações como diferença de grau entre os olhos ou o estrabismo, previne e diagnostica doenças como a retinopatia da prematuridade, catarata congênita, glaucoma, retinoblastoma, infecções, traumas de parto e a cegueira. A criança deve ser encaminhada ao oftalmologista com urgência.

O olho humano completa o desenvolvimento da visão entre os seis ou sete anos de idade. Antes de completar um ano, a recomendação é que a criança deva visitar o oftalmologista para verificar se está com todas as condições para desenvolver sua visão com quali-

dade. Se não houver problemas, ela deve ir novamente antes da fase em que se inicia a alfabetização. E daí em diante recomenda-se que a visita seja anual.

ADOLESCÊNCIA

Durante a adolescência podem surgir problemas. A miopia é o principal deles, cujos sintomas também são pestanejar constante, dores de cabeça ou tensão ocular. Para aqueles que já usam óculos ou lentes, os graus mudam com frequência, por isso o ideal é a regularidade.

ADULTO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que até 2025, o número de diabéticos no mundo saltará para 350 milhões. No Brasil, o número de pessoas maiores de 18 anos com diabetes chegará a 17,6 milhões. No diabético, a retinopatia diabética é a maior causa de perda da visão de adultos em idade laboral, entre 20 a 60 anos e pode levar à cegueira irreversível, e até a causa de mortalidade precoce. Caso a retina esteja normal, as revisões devem ser anuais. Se houver sinais de retinopatia, as indicações de angiografia e foto-coagulação dependerão do estágio da doença.

40 ANOS

Na fase madura, por volta dos 40 anos, os sintomas mais comuns são a vista cansada, chamada presbiopia. Nesse período é muito comum precisar fazer ajustes à distância da leitura devido a uma alteração que acontece no cristalino, que impede a pessoa de enxergar bem de perto.

60 ANOS

De acordo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, o envelhecimento acarreta mudanças no organismo do indivíduo que podem levar à cegueira a partir dos 60 anos: a catarata, o glaucoma e a Degeneração Macular Relacionada à Idade (DRMI).

CATARATA: definida como qualquer opacificação do cristalino que atrapalhe a entrada de luz nos olhos, acarretando diminuição da visão. As alterações podem levar, desde pequenas distorções visuais até a cegueira. Aproximadamente 85% das cataratas são classificadas como senis, com maior incidência na população acima de 50 anos. Nesses casos não é considerada uma doença, mas um processo normal de envelhecimento. O tratamento se faz com prescrição de óculos ou remédios, mas sem garantia de eficácia. A correção cirúrgica é a única opção para recuperação da capacidade visual.

GLAUCOMA: É a principal causa da cegueira irreversível no Brasil e no mundo. A prevalência aumenta

com a idade, entre 1% e 2% na população geral, chegando a 6% e 7% após os 70 anos. Provoca lesão no nervo óptico e redução do campo visual que pode levar à cegueira. Pode ser crônico, causado pela obstrução do líquido que existe dentro do olho.

O paciente não nota a perda de visão até ocorrer a “visão tubular”, quando há grande perda do campo visual irreversível.

DEGENERAÇÃO MACULAR RELACIONADA À IDADE (DMRI): afeta tanto a visão para perto quanto para longe. Seus primeiros sintomas são o esmaecimento das cores, a percepção de uma área escura ou vazia no centro da visão e a alteração do tamanho dos objetos. Atinge 2,9 milhões de brasileiros acima de 65 anos de idade e pode levar à perda parcial ou total da visão. As pessoas com íris azul ou verde estão mais sujeitas. Os danos à visão central são irreversíveis. ||

Fontes: Sociedade Brasileira de Oftalmologia e Conselho Brasileiro de Oftalmologia



Foto: Divulgação

PASSEIO PELAS PAISAGENS DE URUBICI

UM ROTEIRO CHEIO DE SURPRESAS PARA QUEM CURTE A NATUREZA

Sempre que começa a cair a temperatura em regiões do Sul do país, surgem na TV as notícias anunciando a neve em São Joaquim, na Serra Catarinense. Mas basta um desvio de 62 quilômetros pela SC-438, para quem sai de Lages ou 172 quilômetros diretos da capital Florianópolis pela SC-430, para nos deparamos com Urubici, a 900 metros do nível do mar. Uma cidade de nome indígena, de colonização alemã, italiana e letoniana, com belas paisagens o ano todo.

A cidade oferece diversas opções para quem sobe as montanhas do Sul do Brasil em busca dos prazeres do inverno. E se orgulha de ter registrada a temperatura mais baixa do país, com congelantes $-17,8^{\circ}\text{C}$, divulgados pelo Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) da Aeronáutica, em 1996, no alto do Morro da Igreja, uma das atrações do lugar. Em 2010, nevou cinco vezes na cidade e a temperatura chegou

a -11°C em agosto. Mas as belezas são muitas, com ou sem neve e mesmo no verão. A começar pelas 82 cachoeiras e diversos cânions. O município abriga 70% do Parque Nacional de São Joaquim, por isso uma parte deles está dentro dos limites da área de preservação, que ganhou esse nome antes da cidade se emancipar da vizinha mais famosa.

Encravada no meio do Vale do Rio Canoas, cercada por montanhas, Urubici é bem pequena. Tem uma avenida principal e uma ponta que eles chamam de Esquina, onde está concentrada a maior parte do comércio local, com supermercados, bancos, caixas eletrônicos, farmácias e padarias. A temperatura média anual é de $10,9^{\circ}\text{C}$. Há menos de dez anos, a cidade começou a descobrir seu potencial turístico. As confeitarias e os cafés combinam perfeitamente com o frio do inverno. As pousadas oferecem café da manhã colonial. Arquiteticamente, a

Igreja Matriz é um ponto que vale a pena ser fotografado.

Mas a atração mesmo é a natureza, e lá, nada consegue competir com ela. A começar pelo Morro da Igreja, o mesmo do recorde de frio, que fica a 1.822 metros do nível do mar. Do centro da cidade até lá em cima são cerca de 30 quilômetros de asfalto e terra em 40 minutos de carro. É de lá que normalmente se tira a melhor foto da Pedra Furada, outra atração exuberante da cidade. Uma rocha enorme em formato de arco de 30 metros bem no morro em frente.

A mesma cadeia de montanhas da Serra Geral abriga a Serra do Corvo Branco, que fica a 30 quilômetros do centro de Urubici e é percorrida por uma estrada de 40 quilômetros entre a cidade e a vizinha Grão Pará, cheia de curvas fechadas. Ora à beira dos despenhadeiros, ora entre fendas de até 90 metros cortadas entre as rochas. O passeio em si já compensa pela paisagem.





Foto: Iran Croda / Secretaria de Turismo de Urubici

Os monumentos naturais integram a bela vista da paisagem da região de Urubici

TURISMO DE AVENTURA

A cidade é considerada um dos paraísos do turismo de aventura no país. Em vários pontos pode-se fazer descida de rapel nas cachoeiras e paredões, canoagem em um dos rios da região, cavalgadas por caminhos deslumbrantes e caminhadas por trilhas com variados graus de dificuldade.

Em 2010, aproveitando o bom volume de neve que havia se acumulado na base do Morro da Igreja, um surfista da década de 1970, que hoje é chefe de cozinha na cidade e costuma pegar onda nas águas dos rios, conseguiu praticar *snowboarding* naquela descida. Lugar para saltos de asa delta e parapente também não faltam. Ou arvorismo, travessia por trilhas suspensas interligando as copas das árvores, pode ser praticada na cidade.

As águas são uma atração à parte por toda a cidade. Várias nascentes florescem das pedras no alto das montanhas e em qualquer estrada é possível parar para encher uma garrafa com a água leve e fria que escorre pelos paredões de pedra daquelas serras. Muito mais saborosas que qualquer garrafa de água mineral, e de graça.

Vários rios cortam a cidade e em vários deles é possível pescar. Basta informar-se nos próprios hotéis ou pousadas. Os principais são o Rio Pelotas e o Rio Canoas, que mais tarde se juntam para formar o Rio Uruguai, depois de ambos nascerem bem ali perto. O Pelotas nasce no Parque Nacional de São Joaquim, no município de Bom Jardim da Serra, ao lado de Urubici. O Rio Canoas é o maior rio inteiro em Santa Catarina.

Quem estiver percorrendo as montanhas com a ajuda de um guia pode parar para um piquenique. Entre as quedas d'água, as mais conhecidas são a Cachoeira do Avenal, a seis quilômetros da cidade, com uma queda de 100 metros. Uma das vantagens é que elas podem ser vistas e aproveitadas o ano todo. E durante o verão

a temperatura da água é um obstáculo a menos. Mas atenção. É preciso ter calçados apropriados e tomar cuidado com as pedras escorregadias. Depois de deixar o carro, são 15 minutos de caminhada para se chegar a um mirante que fica de frente para a cachoeira por cima ou, por outro caminho, chegar à base por baixo. Também é possível contratar a opção de descer a cachoeira de rapel.

Outra queda famosa é a Cachoeira Vêu de Noiva, a 23 quilômetros da cidade, no caminho para o Morro da Igreja. A cascata fica em propriedade particular e o local também oferece atrações como arvorismo. É preciso agendar visita ((49) 3278-5258), que custa R\$ 1. Para a hora que a fome bater, há um restaurante instalado perto do local.

**Igreja Matriz,
um dos pontos
turísticos e mais
fotografados na
cidade.**



Foto: Iran Croda / Secretaria de Turismo de Urubici

Também há alguns restaurantes na cidade. Os pratos variam entre o tradicional churrasco gaúcho, os peixes e aqueles que utilizam o pinhão, que é a semente da pinha.

INSCRIÇÕES RUPESTRES

Encontradas no Morro do Avencal, com acesso no quinto quilômetro da estrada que vai para São Joaquim, são inscrições deixadas por povos que habitaram a região há pelo menos quatro mil anos, um dos mais importantes registros arqueológicos em território catarinense. Presume-se que esses povos considerassem sagrado o local das inscrições. Destaca-se a imagem perfeita de um rosto, a “Máscara do Guardião”, que deve ser procurada atentamente pelo visitante.

VIDA NO CAMPO

O município é um dos principais produtores de hortifrutivi-

Plantações de maçãs, onde o turista pode colher os frutos e se deliciar com o sabor insuperável



Foto: Marcos Nunes

granjeiros do Estado e conhecido como Cidade das Hortaliças, por isso são comuns as plantações de cebola, beterrabas e cenouras. Mas também é conhecida a produção de maçãs, pêssegos e ameixas da região, que são até exportadas, além das parreiras de uvas, os queijos, salames e mel.

Em abril ainda é possível aproveitar a colheita de maçãs. Em novembro começa a de ameixa. Em um passeio interessante no local pode se tentar descobrir fazendas que permitam a visita e conversar com os fazendeiros locais. Entre as explicações sobre o que é plantado e as técnicas de plan-

tio dá para pedir para colher uma maçã no pé. Para quem sempre viveu na cidade e só comprou as frutas nas gôndolas dos supermercados, a sensação é incrível – E o sabor, insuperável!

A maioria das hospedagens está fora da cidade. São pousadas, chalés e cabanas aconchegantes e confortáveis, mas com níveis diferentes de luxo e para diferentes bolsos. Na cidade também há hotéis. Se a visita for durante o inverno, é obrigatório perguntar pela calefação nos quartos e do chuveiro. Quase todos organizam passeios a cavalo e caminhadas ecológicas. ||

CAMINHO COMPLETO

São 106 quilômetros pela SC-438 para quem sai de Lages, pegando a SC-430 antes de Bom Jardim da Serra (62 quilômetros depois de São Joaquim). Para quem sai da capital Florianópolis são 172 quilômetros pela BR-101 (sentido sul), virando à direita na BR-282 (placa para Águas Mornas) e após Bom Retiro, saindo à esquerda pela SC-430 até Urubici. Por Leste, pela SC-439, desça a serra chegando ao município de Grão Pará, ligação com a BR 101 em Tubarão. Por Oeste, pela SC-439, levando ao município de Rio Rufino.

O principal aeroporto próximo é o situado em Florianópolis. Há ônibus na rodoviária de Floripa até a cidade de Urubici, duas vezes por dia. A rodoviária de Urubici fica na Praça Caetano Viei-

ra de Souza – centro: (49)3278-4371. A Viação Reunidas faz o trajeto Florianópolis/Urubici.

PRINCIPAIS DISTÂNCIAS

Florianópolis, SC	171 km
Porto Alegre, RS	332 km
Curitiba, PR	466 km
São Paulo, SP	872 km
Brasília, DF	1816 km

INTERNET

www.urubici.sc.gov.br
www.portaldeurubici.com.br
Turismo de aventura e guias:
(49)3278-4726 ou (49)9125-7198

ANS consulta sobre manutenção de plano de saúde a demitidos e aposentados

ATÉ O DIA 18 DE MAIO, A POPULAÇÃO PODE OPINAR SOBRE A PROPOSTA ELABORADA PELA CÂMARA TÉCNICA COMPOSTA POR REPRESENTANTES DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS), DOS PATRÕES, DAS OPERADORAS E DOS CONSUMIDORES SOBRE A PROPOSTA QUE REGULAMENTA O DIREITO DO EX-EMPREGADO, DEMITIDO SEM JUSTA CAUSA, E DO APOSENTADO DE CONTINUAR COMO USUÁRIO DE PLANO DE SAÚDE, COM A MESMA COBERTURA QUE TINHA QUANDO TRABALHAVA, DESDE QUE ELAS ASSUMAM O PAGAMENTO INTEGRAL DO PACOTE DE SERVIÇOS.

OS COMENTÁRIOS À CONSULTA PÚBLICA Nº 41, ORGANIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS), DEVEM SER ENVIADOS À AGÊNCIA REGULADORA PELO SITE WWW.ANS.GOV.BR.

(Fonte: Agência Brasil)

Quase metade dos brasileiros adultos está acima do peso

SEGUNDO O MINISTÉRIO DA SAÚDE, 48,1% DA POPULAÇÃO ADULTA ESTÁ ACIMA DO PESO E 15% ESTÁ OBE-SA. HÁ CINCO ANOS, ESSA PROPORÇÃO ERA DE 42,7% PARA EXCESSO DE PESO E 11,4% PARA OBESIDADE.

A PESQUISA VIGITEL BRASIL 2010 INDICA QUE 52,1% DOS HOMENS ESTÁ ACIMA DO PESO. ENTRE AS MULHERES A TAXA É DE 44,3%. EM 2006, OS ÍNDICES ERAM DE 47,2% E 38,5%, RESPECTIVAMENTE.

O PAÍS TEM REGISTRADO UM AUMENTO DE QUASE 1% NA PROPORÇÃO DE PESSOAS COM EXCESSO DE PESO POR ANO, TANTO ENTRE HOMENS QUANTO ENTRE MULHERES. NO QUESITO OBESIDADE, O AUMENTO ANUAL É DE 0,5%.

CASO MANTENHA OS ATUAIS ÍNDICES, O MINISTÉRIO ALERTA QUE EM 13 ANOS O BRASIL ALCANÇARÁ OS NÍVEIS DE SOBREPESO E OBESIDADE REGISTRADOS NOS ESTADOS UNIDOS. MULHERES BRASILEIRAS COM MENOR ESCOLARIDADE TÊM PERCENTUAL MAIS ELEVADO E SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DO PROBLEMA.

(Fonte: Agência Brasil)

Brasileiro é sedentário e se alimenta mal

DE ACORDO COM A PESQUISA VIGILÂNCIA DE FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS POR INQUÉRITO TELEFÔNICO (VIGITEL BRASIL 2010), EM RELAÇÃO AOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS BRASILEIROS, A POPULAÇÃO ESTÁ CONSUMINDO MENOS FEIJÃO (IMPORTANTE FONTE DE FERRO E FIBRAS) E MAIS LEITE INTEGRAL, ALÉM DE CARNE COM GORDURA APARENTE. O ÍNDICE DE ADULTOS QUE CONSUMEM FEIJÃO PELO MENOS CINCO DIAS DA SEMANA, POR EXEMPLO, PASSOU DE 71,9% EM 2006 PARA 66,7% EM 2010.

OUTRO FATOR CONSIDERADO PREOCUPANTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE FOI O FATOS DE O CONSUMO RECOMENDADO DE FRUTAS E HORTALIÇAS – CINCO PORÇÕES DIÁRIAS, DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) SER BAIXO. APENAS 18,2% DA POPULAÇÃO CONSEGUEM RESPEITAR ESSA PROPORÇÃO.

O ESTUDO MOSTROU QUE 14,2% DOS ADULTOS BRASILEIROS NÃO PRATICAM NENHUM TIPO DE ATIVIDADE FÍSICA DURANTE O TEMPO LIVRE, DURANTE O DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO OU DURANTE ATIVIDADES COMO A LIMPEZA DA CASA. APENAS 14,9% DOS ENTREVISTADOS DECLARARAM SER ATIVOS EM TEMPO LIVRE. E 30,2% DOS HOMENS E 26,5% DAS MULHERES ASSISTEM À TELEVISÃO MAIS DE TRÊS VEZES AO DIA.

(Fonte: Agência Brasil)

Brasileiro está fumando menos

OUTRO ESTUDO DA VIGITEL BRASIL 2010, DIVULGADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ENTREVISTOU 54.339 PESSOAS (CERCA DE 2 MIL PARA CADA CAPITAL BRASILEIRA) E INDICA QUE APESAR DE PERMANECER SEDENTÁRIO, O BRASILEIRO ESTÁ FUMANDO MENOS.

SEGUNDO OS DADOS, A PROPORÇÃO DE FUMANTES NA POPULAÇÃO CAIU DE 16,2% PARA 15,1% ENTRE 2006 E 2010. NA ANÁLISE ENTRE OS SEXOS, A POPULAÇÃO MASCULINA CONSEGUIU REDUZIR O HÁBITO DE FUMAR: DE 20,2% PARA 17,9%. ENTRE AS MULHERES ESSE ÍNDICE MANTEVE-SE ESTÁVEL EM 12,7%.

A QUEDA NA PREVALÊNCIA DE FUMANTES NO PAÍS É “LENTA”, SEGUNDO O MINISTÉRIO DA SAÚDE. A PREOCUPAÇÃO MAIOR É O FATOS DE AS PESSOAS COM MENOR ESCOLARIDADE (ATÉ OITO ANOS) FUMAREM MAIS – 18,6% EM RELAÇÃO ÀQUELAS COM 12 ANOS OU MAIS DE ESTUDO.

(Fonte: Agência Brasil)

Mulheres

Pablo Neruda*

Elas sorriem quando querem gritar.

Elas cantam quando querem chorar.

Elas choram quando estão felizes.

E riem quando estão nervosas.

Elas brigam por aquilo que acreditam.

Elas levantam-se para injustiça.

Elas não levam “não” como resposta quando acreditam que existe melhor solução.

Elas andam sem novos sapatos para suas crianças poder tê-los.

Elas vão ao médico com uma amiga assustada.

Elas amam incondicionalmente.

Elas choram quando suas crianças adoecem e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.

Elas ficam contentes quando ouvem sobre um aniversário ou um novo casamento.

**Pablo Neruda nasceu em 1904, em Parral, Chile. Recebeu o Premio Nobel de Literatura em 1971, e escreveu até o dia de sua morte em 1973, aos 69 anos, na cidade de Santiago, capital do Chile.*

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A
Salas 912/917 - Edifício Liberty Mall
Brasília/DF - CEP 70712-908
Contatos: (61) 3037.9072 / (61) 3034.3983
presidencia@apsef.org.br | www.apsef.org.br